

Uma análise preliminar dos empréstimos externos contratados pelos estados de São Paulo e Minas Gerais (1888 – 1930)

Lara Feriotto¹

Mestranda em História Econômica – FFLCH USP

Área temática: História econômica, do pensamento econômico e demografia histórica

Resumo: a dívida dos estados até 1930 é pouco abordada como objeto de pesquisa nos trabalhos de História Econômica. Nesse sentido, este texto visa iluminar o tema, a partir de uma análise preliminar dos empréstimos externos dos estados de São Paulo e Minas Gerais (1888-1930). O exame dessas dívidas externas evidencia diferenças, especialmente, no fato de São Paulo ser o estado que mais recebeu capitais do estrangeiro. No caso dos empréstimos, isso foi proporcionado, em fins do Oitocentos, quando uma relação entre dívida externa e economia cafeeira foi instituída, sendo a Valorização do Café apenas uma de suas facetas.

Palavras-chave: empréstimos externos; dívida pública; economia cafeeira; dívidas dos estados.

¹Mestranda em História Econômica no PPGHE – FFLCH USP. Este texto é fruto da pesquisa *Dívida pública e desenvolvimento econômico*, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (processo nº 22/15174-3).

1. Introdução

A dívida externa dos estados brasileiros antes de 1930 é um tema com poucas contribuições na historiografia e merece uma atenção renovada nos dias atuais. As publicações da série *Finanças do Brasil* ainda hoje são recorridas como fonte para estudos sobre a questão da dívida externa brasileira pré-1930. No que diz respeito às operações externas estaduais, o trabalho realizado por Bouças (1935) se destaca como o mais detalhado e a principal referência sobre o assunto. Entretanto, é importante notar que sua obra é principalmente uma compilação de dados, antes dispersos nos relatórios das secretarias estaduais, e não uma análise historiográfica.

A questão dos empréstimos externos contraídos até 1930 geralmente é lembrada para destacar o peso dos encargos com a dívida nos orçamentos estaduais ou, então, para discorrer sobre os numerosos empréstimos voltados à política de Valorização do Café. De fato, a Primeira República (1889 – 1930) é marcada por uma série de dificuldades enfrentadas pelos estados brasileiros, especialmente por aqueles fora do eixo econômico dominante, centrado em São Paulo. Durante esse período, os estados contrataram um total de 79 operações de crédito no exterior². São Paulo foi o que mais recorreu ao recurso da dívida externa, com 25 empréstimos, seguido de Minas Gerais, com 10, e Bahia, com 07. No cenário da Primeira Guerra Mundial, que desvalorizou o franco francês - moeda na qual foram contratados muitos desses empréstimos - 04 estados foram prejudicados pela situação e precisaram recorrer a *Funding Loans* para enfrentar as dificuldades financeiras. Apenas a Bahia realizou 03 *Funding Loans*, seguida de Minas Gerais, Paraná e Pará, que também foram incitados a efetuar *fundings* entre 1914 e 1918. Desses 79 empréstimos, 38 foram realizados em libras, 21 em francos, 19 em dólares e 01 em florins, contratado por São Paulo em 1921.

Mesmo assim, alguns trabalhos procuram contribuir com perspectivas que vão além dos consensos historiográficos. Maia e Saraiva (2012) procuram demonstrar como, durante a Primeira República, o caso do endividamento externo dos estados brasileiros, propiciado pela descentralização política em 1891 e pela globalização das finanças no final do século XIX, transformou os entes federados em precoces atores internacionais, o que permite caracterizar o período como uma fase de paradiplomacia financeira³. Já Paiva Abreu (2017) destaca pontos antes pouco explorados sobre a temática, como, os consideráveis empréstimos fornecidos em francos e outros aspectos: análises sobre o estoque da dívida estadual em relação à dívida total externa, a distribuição temporal das emissões de empréstimos, as taxas de retorno desses empréstimos, comparações com outros investimentos e a evolução das taxas de retorno ao longo do tempo. Aponta que a distribuição geográfica dos empréstimos emitidos em libras, dólares e francos franceses foi diversificada. Aqui, merece destaque a discrepância em relação aos empréstimos franceses destinados para os estados do Sudeste, principalmente para Minas Gerais. Apesar disso, não foram registrados empréstimos franceses para São Paulo, enquanto 45,7% do financiamento britânico na mesma época foram direcionados para esse estado. Já os empréstimos em dólares durante a década de 1920 concentraram-se nos estados ao sul de Minas Gerais, com cerca de um terço do total em 1930 destinado a São

²Cf: BOUÇAS, Valentim F. [*Finanças do Brasil*] (1934). Dívida externa, histórico dos empréstimos emitidos pelos Estados e ainda em circulação em 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 3, pt. 2, 1935.

³Cf: MAIA, José N. B.; SARAIVA, José F. S. A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890-1930. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 55, n. 1, 2012.

Paulo, aproximadamente 18% para os demais estados do Sudeste, excluindo São Paulo, e pelo menos 42,1% para a região Sul, especialmente o Rio Grande do Sul⁴.

Não por coincidência, os estados com os maiores números de contratação de operações no exterior eram os maiores produtores de café do país: Minas Gerais e São Paulo. A liderança do Brasil nas exportações de café contribuiu para atrair capital estrangeiro à economia, a partir de meados do Oitocentos. Liderando a produção mundial e lastreando as exportações, o café modificou o panorama do Segundo Reinado ao contribuir com o aumento do valor e volume da balança comercial, que entre 1860 e 1885, após anos de *déficit*, apresentou *superávit*⁵. Essa situação proporcionou uma estabilização favorável na balança de pagamentos, permitindo que os empréstimos não fossem direcionados apenas a cobrir *déficits* ou a resgatar dívidas antigas, como no início do século XIX, mas também para proporcionar investimentos internos, direta ou indiretamente, a partir de 1858⁶. Esses dados revelam um dos aspectos da relação existente entre empréstimos externos e economia cafeeira, que não pode ser ignorada, especialmente quando se considera o caso de São Paulo.

Dessa forma, este trabalho pretende oferecer uma modesta contribuição para a literatura existente ao analisar de forma preliminar as dívidas externas contratadas pelos governos de São Paulo e Minas Gerais até 1930, com a intenção de enriquecer o entendimento sobre essa dimensão da História Econômica do Brasil.

2. Empréstimos externos contratados por São Paulo (1888-1930)

O final do século XIX e início do XX inaugura um período novo da formação social brasileira, que se configurou nos moldes orientados para contribuir no sentido de elevar a taxa média de lucros, capaz de garantir a expansão do sistema não mais apenas no momento da realização, mas na medida em que assegurava oportunidades de investimento de capital⁷. O capital investido nos países periféricos representou um papel na manutenção de uma adequada taxa de renda para o sistema econômico dominante do ponto de vista mundial. Os investimentos estrangeiros proporcionaram essa manutenção, por meio da reprodução do capital que não se limitava apenas ao comércio internacional do café, mas se estendia para as atividades internas⁸. Isso se manifestava na infraestrutura de portos, ferrovias, armazéns, fazendas e serviços urbanos, todos voltados para a geração de uma renda que englobava todas as atividades da economia cafeeira.

Tabela 1. Empréstimos externos contratados pelo estado de São Paulo (1888-1930)

Ano da contratação	Valor nominal	Tipo	Finalidade
1881*	£ 127.000	95	Para a Companhia Cantareira
1888*	£ 350.000	90	Para a Companhia Cantareira

⁴DE PAIVA ABREU, Marcelo (2017). *A dívida externa dos estados brasileiros, 1881-1943*, Texto para discussão, No. 663, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro, p. 3.

⁵PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971, pp. 138-139.

⁶O primeiro empréstimo com finalidade produtiva foi contratado em 19 de maio de 1858 para levantar a terça parte do capital da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II, a fim de empreender as obras de sua 2ª seção. Cf: FERIOTTO, Lara. Colóquio de História. Anais do 1º Colóquio de História: *Os desafios do ensino e pesquisa de história no século XXI*. UNESP - Campus de Assis, 2020, pp. 65-76. Disponível em: [anais-i-coloquio-de-historia-completo-para-publicacao.pdf\(unesp.br\)](https://anais-i-coloquio-de-historia-completo-para-publicacao.pdf(unesp.br)). Acesso: 10/05/2024.

⁷LEVY, M. Bárbara. *História da bolsa de valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977, p 35

⁸LEVY, Idem.

1888	£ 787.500	90	Para a consolidação da dívida flutuante e para o serviço de imigração
1899	£ 1.000.000	76,5	Para o resgate de letras do Tesouro
1904	£ 1.000.000	88 para os banqueiros e 94 para o público	Para cobrir créditos suplementares e especiais abertos nos exercícios de 1905, 1906 e 1907, destinados, em suma: ao serviço de terras e imigração; às obras de construção do coletor geral e da nova rede de esgotos de Santos; ao saneamento e abastecimento de água da Capital; à construção do canal do Tamanduateí; à construção de barragens nos vales Engordador e do Guarahú; aos estudos da E. F. de S. Sebastião a Mogi das Cruzes e às despesas com as turmas de exploração dos rios Peixe, Ribeira e Juquery-querê
1905	£ 3.800.000	91,5 para os banqueiros e 98 para o público	Aquisição da Estrada de Ferro Sorocabana e Ituana, e melhoramentos na mesma
1906 (1°)	£ 1.000.000	93	Para a defesa do café
1906 (2°)	£ 3.000.000	93	Para a defesa do café
1907 (1°)	£ 3.000.000	95	Para a defesa do café
1907 (2°)	£ 2.000.000	90 para os banqueiros e 93 para o público	Para o resgate da dívida interna
1908	£ 15.000.000	85	Para a defesa do café
1911	£ 3.000.000		Para os compromissos do Tesouro
1913 (1°)	£ 7.500.000	92	Para o resgate de letras do Tesouro
1913 (2°)	£ 2.000.000		Para os compromissos do Tesouro
1914	£ 4.200.000	91	Para o resgate de letras do Tesouro e saldar dívidas internas existentes
1921 (1°)	£ 2.000.000	90 para os banqueiros e 96,5 para o público	Para resgatar a dívida flutuante e outras necessidades do estado
1921 (2°)	\$ 10.000.000	90 para os banqueiros e 97,5 para o público	Para resgatar a dívida flutuante e outras necessidades do estado
1921 (3°)	Florins 18.000.000	90 para os banqueiros e 97,5 para o público	Para resgatar a dívida flutuante e outras necessidades do estado
1925	\$ 15.000.000	97,31 para os banqueiros e 99,5 para o público	Para adquirir materiais e desenvolver obras de melhoramentos e prolongamentos da Estrada de Ferro Sorocabana
1926 (1°)	£ 2.500.000	91 para os banqueiros e 96 para o público	Para financiar e desenvolver a rede de água e esgoto da Capital de São Paulo, por meio da adução do Rio Claro e da represa Santo Amaro

1926 (2°)	\$ 7.500.000	91 para os banqueiros e 96,5 para o público	Para financiar e desenvolver a rede de água e esgoto da Capital de São Paulo, por meio da adução do Rio Claro e da represa Santo Amaro
1928 (1°)	£ 3.500.000	92,75 para os banqueiros e 94,5 para o público	Para os adiantamentos, melhoramentos e aumento das redes de água e esgoto da cidade de São Paulo, por meio da adução do Rio Claro e da represa Santo Amaro, e prolongamento da E. F. Sorocabana, de Mayrink e Santos.
1928 (2°)	\$ 15.000.000	92,75 para os banqueiros e 94,5 para o público	Para os adiantamentos, melhoramentos e aumento das redes de água e esgoto da cidade de São Paulo, por meio da adução do Rio Claro e da represa Santo Amaro, e prolongamento da E. F. Sorocabana, de Mayrink e Santos.
1930 (1°)	£ 12.808.000	90 para os banqueiros e 96 para o público	Para a liquidação do "stock" de café
1930 (2°)	\$ 35.000.000	90 para os banqueiros e 96 para o público	Para a liquidação do "stock" de café

*Empréstimos contratados pela Companhia Cantareira em 1881 e 1888, que passaram para a responsabilidade do Estado em 1892, quando essa companhia foi encampada.

Fonte: elaboração própria, a partir de Bouças (1935) e *Relatórios da secretaria da fazenda do estado de São Paulo* (1888-1930).

A partir da "tabela 1", é possível observar que São Paulo contratou 25 empréstimos no exterior, predominantemente em libras, seguidos por dólares e uma única transação em florins. A quantidade de empréstimo, assim como os tipos acima de 90, com a exceção dos empréstimos de 1899 e 1908, demonstram o crédito positivo que o estado possuía frente às casas bancárias internacionais. Em geral, as operações possuíram as seguintes finalidades: saneamento e abastecimento de água na capital e em Santos; serviços de imigração e colonização; estudos, prolongamentos e aquisições de estradas de ferro; políticas de Valorização do Café e compromissos do Tesouro, como o resgate de letras e pagamento de serviços de dívidas. Ao considerar o volume total de capital obtido por meio desses empréstimos, é perceptível que a maior parcela foi destinada à política de Valorização do Café. No entanto, a relação entre a economia cafeeira e a dívida externa paulista não se resume apenas aos empréstimos para a Valorização.

Empréstimos consideráveis foram direcionados ao abastecimento de água e reformas nas grandes cidades, em especial São Paulo, que foi parte integrante de complexos agroexportadores ao ligar litoral portuário e zonas rurais⁹, mas também local com dinâmicas próprias, onde se desenvolveram indústrias e mercados internos. As ferrovias e seus serviços possuíram papel importante no crescimento de São Paulo em variados níveis, conferindo-lhe o

⁹GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas-grandes e senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, I; WILHEIM, J; PINHEIRO, P. S. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 42.

caráter de ponto de conversão entre litoral e o interior; e transformando-lhe em área tributária privilegiada, atraindo fazendeiros e incrementando mão-de-obra, o que demandava moradia e instaurava um mercado consumidor. Acrescentava-se, então, à vida urbana uma série de novos serviços e funções, respondendo à demanda de fazendeiros migrados para a capital, e também aos serviços requeridos por indivíduos em busca de trabalho¹⁰. As operações também se relacionaram diretamente com a imigração no contexto da economia cafeeira. O primeiro empréstimo do governo, de 1888, ainda no Império, com a casa bancária inglesa *Louis Cohen & Sons* no valor de £ 787.500 foi realizada, em partes, para financiar a vinda de imigrantes, tendo em vista a grande preocupação com a transição do trabalho escravo ao livre¹¹.

Quanto à Valorização do Café, os primeiros empréstimos, de 1906 e 1907, mostraram-se insuficientes para executar o plano. Com o empréstimo de 1908, a política de Valorização entrou em uma nova fase, em que um comitê de comerciantes passou a controlar as operações de compra e venda de café. Entre 1908 e 1909, o café era comprado e centralizado nos armazéns de Santos pela *Prado, Chaves & C.* e pela *Theodor Wille & C.*, após isso, os estoques eram consignados a inúmeras empresas européias e norte-americanas, que distribuíam o produto pelos principais portos da Europa e dos EUA. Nesse âmbito, o estado de São Paulo também teve ganhos: entre 1906 e 1914, em praticamente todos os exercícios orçamentários, os recursos que entraram no estado, com o intuito de financiar a Valorização, não só foram aplicados no café, mas, sobretudo, se mostraram fundamentais para suprir os *déficits* orçamentários, garantindo os investimentos¹². Isso significa que os empréstimos externos para a Defesa do Café cobriam os custos da operação comercial, bem como permitiam ao estado rolar a dívida interna – trocar dívida velha por dívida nova – e ficar com recursos em caixa¹³. Com tais recursos, o governo pôde realizar gastos sociais e em infraestrutura, fundamentais para o desenvolvimento dos negócios da elite paulista e do próprio estado de São Paulo¹⁴.

3. Empréstimos externos contratados por Minas Gerais (1896-1929)

O primeiro empréstimo externo de Minas Gerais foi realizado no ano de 1896, sendo, portanto, o segundo ente federado a contratar um empréstimo no exterior, antecedido por Espírito Santo em 1894. Apesar de São Paulo e Bahia terem precedido esses dois estados com suas operações em 1888, ainda eram províncias do Império.

Diferente de São Paulo, cuja maior parte de sua dívida externa foi levantada em libras esterlinas, as negociações de Minas Gerais eram feitas predominantemente com bancos franceses: entre 1896 e 1916, foi levantada, por meio desses bancos, a importância de Frs. 280.979.000, que, na época, correspondiam a £ 11.239.160 ou, em contos de réis, 203.352¹⁵.

De acordo com Iglésias (1982), a perspectiva dos governantes do estado sobre as finanças não possuía dinamismo até 1930, caracterizada por investimentos mínimos e uma política de gastos que evitava, ao máximo, a contração de empréstimos tanto internos quanto externos. Alega, ainda, que Minas Gerais era uma das unidades federativas que mais buscava o equilíbrio orçamentário, uma meta priorizada pelos governos em detrimento das

¹⁰SANTOS, Fabio Alexandre dos. *Domando as águas: salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 56.

¹¹Essa preocupação é evidente nos documentos administrativos da época. Cf: *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província, dr. Pedro Vicente de Azevedo*, no dia 11 de janeiro de 1889, p. 147.

¹²MONTAGNER, Dennys. *A gestão dos recursos do primeiro programa da valorização do café (1906-1914)*. 2011. 187 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1614916>. Acesso em: 13 mai. 2024, p.172.

¹³MONTAGNER, op. cit., p. 173.

¹⁴MONTAGNER, Idem.

¹⁵BOUÇAS, op. cit., p. 131.

necessidades do crescimento econômico¹⁶. O serviço da dívida, da dívida fundada e das operações de crédito por antecipação de receita, representou uma parcela significativa das despesas em vários anos¹⁷.

No total, foram 10 empréstimos contratados no exterior, com 01 *Funding Loan* efetuado devido à impossibilidade em que se encontrava o estado, dada a situação criada pela Primeira Guerra Mundial, de enviar cambiais necessários ao serviço integral de sua dívida externa.

Tabela 2. Empréstimos externos contratados pelo estado de Minas Gerais (1896 - 1929)

Ano da contratação	Valor nominal	Tipo	Finalidade
1896	Frs. 65.000.000	78	Para satisfazer compromissos com as empresas de estradas de ferro e realizar outros empreendimentos em andamento que não poderiam ser interrompidos
1901	£ 55.555	90	Para antecipar, aproximadamente, três anos de arrecadação do imposto de exportação sobre o ouro extraído das minas da <i>Saint John d'El Rey Mining Company</i>
1907	Frs. 25.000.000	84	Para as necessidades do estado
1910	Frs. 120.000.000	83	Para o resgate dos empréstimos externos de 1897, 1907 e de 1905, sendo esse último realizado pela prefeitura de Belo Horizonte. E para melhoramentos das estações de água minerais do estado
1911	Frs. 50.000.000	85,5	Para promover obras de abastecimento de água, de redes de esgoto, instalação de força elétrica e de estradas de rodagem nos municípios; e para converter e unificar os empréstimos municipais existentes
1913*	£ 120.000	81,25	Para a Companhia de Eletricidade e Viação Urbana
1916	Frs. 20.979.000	91	Para a remessa de fundos necessários ao serviço de seus empréstimos externos
1928 (1º)	£ 1.750.000	95 para os banqueiros e 97 para o público	Para o resgate da dívida externa; o aparelhamento da Rede Sul Mineira e da Estrada de Ferro Paracatú; o serviço de eletricidade da cidade de Belo Horizonte; o desenvolvimento das estações hidrominerais; a concessão de um empréstimo ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais e para empréstimos aos municípios do estado.
1928 (2º)	\$ 8.500.000	95 para os banqueiros e 97,5 para o público	Para o resgate da dívida externa; o aparelhamento da Rede Sul Mineira e da Estrada de Ferro Paracatú; o serviço de eletricidade da cidade de Belo Horizonte; o desenvolvimento das estações hidrominerais; a concessão de um empréstimo ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais e para empréstimos aos municípios do estado.

¹⁶IGLÉSIAS, Francisco. Política econômica do estado de Minas Gerais (1890-1930). *Seminário de estudos mineiros: a República Velha em Minas*, v. 5, 1982, p. 115-144.

¹⁷GODOY, Marcelo; HORTA, André A.; BARBOSA, Lidiany. Entre o conservadorismo orçamentário e o desenvolvimento regional: finanças públicas e infraestrutura de transportes em Minas Gerais na Primeira República. *América Latina en la historia económica*, v. 24, n. 2, p. 148-200, 2017, p. 197.

1929	\$ 8.000.000	83,5 para os banqueiros e 87 para o público	Para o resgate da dívida externa; o aparelhamento da Rede Sul Mineira e da Estrada de Ferro Paracatú; o serviço de eletricidade da cidade de Belo Horizonte; o desenvolvimento das estações hidrominerais; a concessão de um empréstimo ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais e para empréstimos aos municípios do estado.
------	--------------	---	---

*Empréstimo contratado pela Companhia de Eletricidade e Viação Urbana em 1913, que passou à responsabilidade do estado em 1926, devido à encampação da empresa.

Fonte: elaboração própria, a partir de Bouças (1935).

O primeiro empréstimo externo, lançado em 1896, por meio do *Banque de Paris et des PaysBas*, teve um valor nominal de Frs. Ouro 65.000.000, tipo 78 e juros de 5%, sendo o valor real do empréstimo Frs. 50.582.722, descontadas a diferença do tipo e as demais despesas decorrentes do lançamento dessa operação de crédito. A operação foi autorizada pela Lei nº 187 de 12 de outubro de 1896 e, de acordo com a *Mensagem do presidente do estado de 1897*¹⁸, o produto foi utilizado para satisfazer compromissos com as empresas de estradas de ferro e realizar outros empreendimentos em andamento e que não poderiam ser interrompidos.

O segundo foi firmado com a *Saint John d'El Rey Mining Company*, uma mineradora britânica que operou no Brasil durante os séculos XIX e XX. Pelo contrato assinado em 31 de agosto de 1901, a operação foi realizada para antecipar, aproximadamente, três anos de arrecadação do imposto de exportação sobre o ouro extraído das minas daquela Companhia. Conhecido pelo nome de “Empréstimo do morro velho”, seu valor nominal foi de £ 55.555, juros anuais de 6%, e amortizado gradativamente com o produto do imposto sobre o ouro exportado pela Companhia. Ao tipo de 90%, seu valor real foi de £ 50.000, que produziram a soma líquida de 1.071:218\$485.

Em 1907, foi realizado o terceiro empréstimo em contrato assinado com os banqueiros *Joseph Loste & Cie*, de Paris, autorizado pelas Leis nº 393, de 19 de setembro de 1904, nº 400, de 13 de setembro de 1905 e nº 440 de 02 de outubro de 1906. O valor nominal da operação foi de Frs. 25.000.000 e seu líquido produzido, tendo em vista o tipo 84% da operação e as outras despesas provenientes de sua contratação, foi de Frs. 19.923.544,75. Segundo Bouças (1935, p. 133), o empréstimo foi destinado às “necessidades do estado”, mas, a partir da mencionada legislação, é possível estabelecer sua relação com a elaboração de um banco de crédito agrícola no estado¹⁹: a Lei nº 400 de 13 de setembro de 1905 autorizou o governo a promover a criação ou organização de um banco para operar sobre crédito agrícola. Já o artigo 28 da Lei nº 440 de 02 de outubro de 1906 autorizou o governo a fazer operações de crédito, no país ou no estrangeiro, de até £ 1.000.000 ou Frs. 25.000.000 para a execução da citada Lei nº 400 de 13 de setembro de 1905.

Pela Lei nº 510 de 22 de setembro de 1909, foi o estado autorizado a contratar um empréstimo de £ 4.800.000 ou Frs. 120.000.000 para unificar, em condições mais vantajosas, sua dívida externa vigente e, também, realizar melhoramentos em suas estações hidrominerais. Em consequência, foi contratado com a casa bancária *Périer & Cie* o empréstimo no valor nominal de Frs. 120.000.000, ao tipo 83%, que resultou no produto líquido de Frs. 99.600.000, o qual deveria ser aplicado no resgate dos empréstimos externos de 1897, 1907 e de 1905, sendo esse último realizado pela prefeitura de Belo Horizonte. Além

¹⁸Cf: *Mensagem dirigida pelo presidente do estado Chrispim Jacques Bias Fortes ao congresso mineiro em sua terceira seção ordinária da segunda legislatura no ano de 1897*.

¹⁹Apesar da análise da mencionada legislação pressupor que o recurso do empréstimo foi destinado à promoção de um banco de crédito agrícola em Minas Gerais, não há outras informações nas *Mensagens dos presidentes do estado* (1908-1910) ou nos *Relatórios da secretaria da fazenda* (1908-1910) que confirmem esse fato.

disso, Frs. 10.000.000 deveriam ser destinados a melhoramentos das estações de água minerais do estado.

Em 1911, os banqueiros *Périer & Cie* novamente foram contratados para a emissão de um empréstimo de Frs. 50.000.000, ao tipo de 85,5% para os banqueiros, que resultou em um líquido de Frs. 42.750.000. A operação foi autorizada pela Lei nº 546 de 27 de setembro de 1910 e destinava-se a: promover obras de abastecimento de água, de redes de esgoto e instalação de força elétrica nos municípios que se responsabilizassem a assumir, com suas próprias rendas, os encargos da parte recebida dessa operação de crédito; converter e unificar os empréstimos municipais existentes e a construir estradas de rodagem nos municípios mediante acordo com suas câmaras municipais.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a França, após 1914, enfrentou um intenso processo inflacionário, que teve repercussões em várias partes do mundo. No caso do Brasil, as dívidas públicas em francos franceses, tanto federais quanto municipais e estaduais passaram por medidas de refinanciamento ou consolidação de seus serviços não pagos relativos a empréstimos feitos antes de 1913. Enquanto o Governo Federal brasileiro respondeu a essa situação com a inclusão dos pagamentos relacionados aos serviços dos empréstimos franceses no *Funding Loan* de 1914, os estados buscaram soluções similares com a negociação de *fundings*. Em 1916, Minas Gerais realizou o *Funding Loan*, cujo valor nominal seria o montante necessário para o serviço dos juros dos empréstimos externos, autorizado pela Lei nº 664 de 18 de setembro de 1915, junto aos banqueiros *Périer et Cie*. Os impostos de exportação sobre o café foram dados como garantia ao *Funding*.

Em 1926, a Companhia de Eletricidade e Viação Urbana foi encampada e, conseqüentemente, passou para a responsabilidade do Estado seu empréstimo externo, lançado em 1913, que ainda possuía £ 90.440 em circulação. Lançado em Londres, a operação teve valor nominal de £ 120.000, ao tipo 81,25%, que rendeu um líquido de £ 97.500.

Somente 12 anos depois de seu último empréstimo lançado no exterior, Minas Gerais recorreu novamente aos mercados financeiros da Europa e dos Estados Unidos, o que resultou em duas grandes operações de crédito. A primeira foi realizada em Londres, no valor de £ 1.750.000, ao tipo 95% para os banqueiros e 97% para o público, e a segunda em Nova York, no montante de \$ 8.500.000, ao tipo 95% para os banqueiros e 97,5% para o público, ambas autorizadas pela Lei nº 1.011 de 29 de setembro de 1927 e pelo Decreto nº 8.273 de 23 de fevereiro de 1928. O recurso foi destinado ao completo resgate da dívida externa; ao aparelhamento da Rede Sul Mineira e da Estrada de Ferro Paracatú; ao serviço de eletricidade da cidade de Belo Horizonte; ao desenvolvimento das estações hidrominerais; à concessão de um empréstimo ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais e para empréstimos aos municípios do Estado. Da parte inglesa, o Estado recebeu o líquido de £ 1.194.480, cuja parte destinada à compra de material para as estradas de ferro, segundo o contrato, seria destinada, preferencialmente, aos fabricantes ingleses. Da parte norte-americana, recebeu o líquido de \$ 7.379.974, com o desconto do tipo e de todas as despesas com a contratação.

Por fim, em 1929, autorizado pela Lei nº 1061 de 16 de agosto de 1929, o governo contratou nova operação com as firmas bancárias *The National City Company*, *Kissel Kinniant & Cº*, *J. Henry Schroeder Banking* e *The National City Bank of New York*. Ao tipo 83,5% para os banqueiros e 87% para o público, o valor nominal levantado foi de \$ 8.000.000. O contrato tornava obrigatório que o recurso recebido fosse destinado aos pagamentos para firmas bancárias de Nova York e Londres, correspondentes ao resgate de diversas operações a curto prazo, que totalizaram em \$ 4.493.200. Dessa forma, o líquido recebido pelo estado foi de \$ 1.856.800.

4. Considerações finais

A economia cafeeira exerceu papel crucial na atração de capitais para o Brasil no final do século XIX e início do XX, especialmente em São Paulo, principal centro produtor e exportador de café. Esse contexto fez com que o estado fosse muito atrativo para as casas bancárias internacionais, permitindo-lhe levantar mais capitais no exterior por meio de empréstimos externos do que outros estados brasileiros. Os recursos levantados serviram para sustentar a política de Valorização do Café, mas também tiveram impactos significativos na estrutura produtiva regional. Além de contribuir para infraestrutura, como, construções de estradas de ferro e saneamento urbano, os empréstimos foram fundamentais para a própria formação do estado, inserindo-o em uma nova etapa da economia internacional no final do século XIX.

Por contraste, Minas Gerais, apesar de sua relevante participação na produção de café em âmbito nacional, não consistia no centro motor da economia cafeeira. Isso teve reflexo na quantidade e qualidade dos empréstimos externos obtidos, o que também contribuiu para limitar seu crescimento econômico e estrutural em comparação a São Paulo. O *Funding Loan* em 1916, devido à desvalorização do franco durante a Primeira Guerra Mundial, evidenciou sua situação financeira desfavorável, uma vez que possuía diversos empréstimos cujo serviço era feito nessa moeda. Junto a isso, os empréstimos realizados abaixo do tipo de 90 reforçam o fato de Minas Gerais não estar em uma situação tão vantajosa quanto São Paulo. Mesmo assim, suas operações também desempenharam papel significativo na captação de recursos externos, principalmente junto a bancos franceses. O capital recebido foi direcionado para diversos fins, incluindo melhorias em infraestrutura, serviços públicos e resgate de dívidas.

Em suma, a presente análise preliminar busca enriquecer a literatura existente sobre o tema, ao trazer à tona um aspecto pouco explorado nos trabalhos especializados: a dívida externa dos estados brasileiros anterior a 1930. O objetivo procurou ser consumado, a partir de uma breve reflexão sobre os casos dos empréstimos contratados por São Paulo e Minas Gerais.

Fontes

Mensagens dos presidentes do estado de Minas Gerais (1896-1911)

Relatórios da secretaria da fazenda do estado de São Paulo (1892-1930) (RSF) (SP)

Referências bibliográficas

BOUÇAS, Valentim F. [*Finanças do Brasil*] (1934). Dívida externa, histórico dos empréstimos emitidos pelos Estados e ainda em circulação em 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 3, pt. 2, 1935.

DE PAIVA ABREU, Marcelo (2017). *A dívida externa dos estados brasileiros, 1881-1943*, Texto para discussão, No. 663, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro.

FERIOTTO, Lara. A mudança na finalidade dos empréstimos externos a partir da segunda metade do Império no Brasil (1822-1889). Colóquio de História. Anais do 1º Colóquio de História: *Os desafios do ensino e pesquisa de história no século XXI*. UNESP - Campus de Assis, 2020, pp. 65-76. Disponível em: [anais-i-coloquio-de-historia-completo-para-publicacao.pdf \(unesp.br\)](https://anais-i-coloquio-de-historia-completo-para-publicacao.pdf). Acesso: 10/05/2024.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas-grandes e senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, I; WILHEIM, J; PINHEIRO, P. S. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GODOY, Marcelo; HORTA, André A.; BARBOSA, Lidiany. Entre o conservadorismo orçamentário e o desenvolvimento regional: finanças públicas e infraestrutura de transportes

em Minas Gerais na Primeira República. *América Latina en la historia económica*, v. 24, n. 2, p. 148-200, 2017.

IGLÉSIAS, Francisco. Política econômica do estado de Minas Gerais (1890-1930). *Seminário de estudos mineiros: a República Velha em Minas*, v. 5, 1982.

LEVY, M. Bárbara. *História da bolsa de valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

MAIA, José N. B.; SARAIVA, José F. S. A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890-1930. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 55, n. 1, 2012.

MONTAGNER, Dennys. *A gestão dos recursos do primeiro programa da valorização do café (1906-1914)*. 2011. 187 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1614916>. Acesso em: 13 mai. 2024.

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

SANTOS, Fabio Alexandre dos. *Domando as águas: salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. São Paulo: Alameda, 2011.